

A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES A RESPEITO DE SUA PRÁTICA DOCENTE APLICADA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Fernanda Sobreira Cossate Van de Koken¹

Adriana Moreira dos Santos Ferreira²

Flávia Teodoro Monteiro³

Rayanne Ferreira da Silva⁴

RESUMO: A inserção de pessoas com deficiência nas escolas vem ganhando atenção da sociedade, escola e famílias, inserindo-se, portanto, no contexto da discussão acerca das práticas educacionais desenvolvidas no ensino regular. A década de 1990 foi marcada por leis que exigiam a inserção dessas pessoas, e em Salamanca, no ano de 1994, aconteceu o grande passo rumo ao processo que hoje é conhecido como inclusão das pessoas que demandam necessidades educacionais especiais. Assim foi que da proteção e assistencialismo, vimos emergir o conceito de inclusão (SASSAKI, 1997). Esta pesquisa objetivou identificar, por meio da percepção dos professores de três escolas públicas parceiras do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da FAFIA, subprojeto Psicologia, como acontece o processo de inclusão de pessoas com deficiência. Nesta perspectiva, buscou-se compreender também como é o relacionamento dessas crianças com as demais e com a equipe escolar, por fim identificar se há a efetividade do processo de inclusão escolar. Vinte e quatro docentes que trabalham diretamente com a educação inclusiva foram entrevistados por meio de um questionário semiestruturado aplicado nas escolas participantes. Este trabalho, portanto, fez parte das atividades do referido Programa governamental e contou com financiamento da CAPES para sua realização.

Palavras Chaves: Inclusão; Integração; Pessoas com Necessidades Especiais.

THE PERCEPTIONS OF PUBLIC SCHOOL TEACHERS IN THE MUNICIPALITY OF ALEGRE-ES ABOUT THERE TEACHING PRACTICE APPLIED TO PEOPLE WITH DISABILITIES

ABSTRACT: The inclusion of people with disabilities in schools is gaining attention from society, school and family, therefore, by inserting in the context of discussion on educational practices developed in mainstream education. The 1990s was marked by laws that required the insertion of these people, and in Salamanca, 1994, came the big step towards the process that is now known as inclusion of people who require special educational needs. Thus it was that the protection and welfare, we saw emerge the concept of inclusion (SASSAKI, 1997).

1Mestre em Economia pela UFES. Graduanda do 8º período do Curso de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre – ES. fernandacossate@gmail.com

2Psicóloga. Mestre em Educação pela UFSJ-MG. Coordenadora Institucional do PIBID, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre – ES. adrianamferreira@gmail.com

3Coordenadora de Área do PIBID, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre-ES, flavia_monteiro-@hotmail.com.

4Graduanda do 8º período do Curso de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre-ES. rayanneferreirasilva@hotmail.com

This research aimed to identify, through the perception of teachers of three partner public schools of the Institutional Program Initiation Scholarships to Teaching form FAFIA, subproject Psychology, as the process of inclusion of people with disabilities happens. In this perspective, also sought to understand how the relationship of these children with the other and with the school staff and finally identify whether there is the effectiveness of the process of school inclusion. Twenty-four teachers who work directly with inclusive education were interviewed using a semi-structured questionnaire applied in the participating schools. This work, therefore, was part of the activities of that government program and has CAPES funding for its realization.

Keywords: Inclusion; Integration; People with special needs.

LA PERCEPCIÓN DE LOS MAESTROS DE ESCUELAS PÚBLICAS IN EL MUNICIPIO DE ALEGRE SOBRE SU PRÁCTICA DOCENTE APLICADA A PERSONAS CON DISCAPACIDAD

RESUMEN: la inclusión de las personas con discapacidad en las escuelas está ganando atención por parte de la sociedad, la escuela y las familias de entrar en ellos y, por tanto, en el contexto de la discusión sobre las prácticas educativas desarrolladas en la educación regular. La década de 1990 se caracterizó por leyes que requieren la inserción de personas, y fue en Salamanca, 1994, que se llegó a un gran paso había el proceso que ahora se conoce como la inclusión de las personas que requieren necesidades educativas especiales. Así fue que la protección y el **bienestar** han visto emerger el concepto de inclusión. Esta investigación tuvo como objetivo identificar a través de la percepción de los maestros de tres escuelas asociadas a el Programa Institucional de Becas de Iniciación a la Docencia/FAFIA, subproyecto psicología, como es el proceso de inclusión de las personas con discapacidad. Esta perspectiva también trató de comprender como la relación de estos niños con el otro y con la equipo de la escuela, finalmente, identificar la eficacia del proceso de inclusión escolar. Vinte e cuatro maestros que trabajan directamente con la educación inclusiva fueron entrevistados mediante un cuestionario semiestructurado en las escuelas participantes. Por lo tanto este trabajo fue parte de las actividades de esse programa de gobierno y recibió fondos de la CAPES para su realización.

Palavras chave: Inclusión; Integración; Personas com Necesidades Especiales.

INTRODUÇÃO

O conceito de inclusão é fruto de uma construção histórica. Ao longo dos anos, as pessoas com alguma deficiência, física ou mental receberam diversas formas de tratamento social. Exclusão já foi uma das grandes formas de tratar o tema. Bebês que nasciam com algum tipo de deficiência, muitas vezes eram mortos por suas famílias (ADINOLFI, 2011), já que apresentar qualquer quadro diferente da norma já foi considerada uma espécie de maldição. Assim, não era incomum que fossem escondidos os filhos que, para a opinião da época carregavam a representação social da maldição, do pecado. O abandono do próprio

Deus. O sentimento de humilhação e vergonha que perpassaria os progenitores levá-los-ia a aniquilar seus descendentes não “perfeitos”. Muitas vezes enclausurados em corpos deformados e frágeis, os sobreviventes nada poderiam fazer e muitas vezes eram lançadas ao abandono familiar e social (Miranda, 2004). Jogados aos montes em lugares inóspitos, de onde sua própria aparência humana poderia ser questionada. Em algumas tribos indígenas mantêm-se até a atualidade a noção de que as crianças que não pudessem ser autônomas e independentes deveriam ser eliminadas e apenas àqueles que fossem absolutamente “perfeitos” teriam o direito à vida (Miranda, 2004).

Os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais. Na era cristã, segundo Pessotti (1984), o tratamento variava segundo as concepções de caridade ou castigo predominantes na comunidade em que o deficiente estava inserido (Miranda, 2004, p. 2).

Durante a Segunda Guerra Mundial muitos soldados, homens de estrutura física perfeita retornaram aos seus lares mutilados, necessitando de ajuda para provimento de suas necessidades básicas. Foi então que a sociedade, mergulhada num processo produtivo cada vez mais competitivo e voltado para suprir às demandas que a guerra impôs, tais como produção de materiais bélicos, percebeu a necessidade de mão de obra para atendimento de seus objetivos. Iniciou-se deste modo, o esboço de um processo de inserção da pessoa com deficiência no contexto produtivo e social (Miranda, 2004).

A década de 1990 foi marcada, finalmente, por leis que exigiam a inserção dessas pessoas, sendo em Salamanca, no ano de 1994, que aconteceu o grande passo rumo ao processo que hoje conhecemos como educação inclusiva ao definir seus princípios e a partir deles redefinir o trabalho para permitir o acesso ao ensino regular a todas as crianças com necessidades educativas especiais (Nakayama, 2007).

MODELO MÉDICO DA DEFICIÊNCIA

O modelo médico basicamente define as pessoas com deficiência no âmbito da passividade, alguém incapaz de prover suas necessidades e que desta forma necessita de um tratamento médico, psicológico e funcional, ou seja, à pessoa com necessidade especial cabe um papel menor e passivo na sociedade. Alguém que ao invés de autônomo e capaz de escrever a própria história deverá submeter-se aos caprichos daqueles sem deficiência que lhe proverão em suas necessidades; estas definidas pela própria sociedade. Assim aquele com alguma deficiência seria tratado como doente, com direitos de receber tratamento adequado

para desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades ao máximo, mas cujo direito ao desejo não é considerado (Sasaki, 2005).

INTEGRAÇÃO SOCIAL

A integração surgiu para pôr fim a prática da exclusão social. Assim, não se admitiria mais a exclusão das pessoas que precisam de cuidados especiais, ao contrário buscar-se-ia a sua integração, por meio da criação de instituições especializadas em determinados tipos de deficiência, o que na prática, acabava por manter também a segregação institucional.

A década de 60, por exemplo, testemunhou o *boom* de instituições especializadas, tais como: escolas especiais, centros de habilitação, centros de reabilitação, oficinas protegidas de trabalho, clubes sociais especiais, associações desportivas especiais (Sasaki, 2005, p. 31, grifo do autor).

De acordo com Sasaki (2005) foi no final da década de 60 que o movimento pela integração social começou a inserir as pessoas com deficiência em sistemas educacionais, familiar, de lazer e de trabalho.

A integração compreenderá ainda alguns conceitos tais como normalização, *mainstreaming*.

A normalização tentaria prover à pessoa com deficiência um padrão de vida comum ou normal à cultura em que está inserido, assim, “a ideia inicial foi, então, a de normalizar estilos ou padrões de vida, mas isto foi confundido com a noção de ‘tornar normais as pessoas deficientes’” (Jonsson *apud* Sasaki, 2005, p. 31).

Deste modo, criar-se-ia, de acordo com Sasaki (2005), ambientes, mais parecidos possíveis, com aqueles que estariam disponíveis às pessoas sem deficiência, porém ainda segregados do restante da sociedade. Em suma, o conceito de normalização tentaria prover às pessoas desvalorizadas por sua condição de possuir alguma deficiência uma situação mais parecida possível com aquelas que estavam acessíveis àqueles que não possuíam.

Já o *mainstreaming*, que não possui tradução para o português, consiste na prática de se integrar alunos o máximo possível disponibilizando para estes os serviços educacionais. O aluno, desta forma poderia cursar disciplinas em turmas diferentes, não fazendo parte, portanto, de nenhuma turma. Mantém-se, desta forma, um viés segregador e não inclusivo na medida em que aqueles alunos não pertenceriam a nenhum grupo. A prática do *mainstreaming* está associada a um processo de desinstitucionalização (Sasaki, 1997).

A integração, ainda que seja um passo importante no movimento de não exclusão e de atendimento a uma diversidade de demandas destas pessoas, estaria longe de ser um modelo ideal a ser praticado, uma vez que está muito mais atrelado ao modelo médico da deficiência. Deste modo, a sociedade aceitaria o contato e o suprimento de necessidades das pessoas com deficiência, desde que, estivessem preparados para serem ajudados. Ou seja, caberia unicamente à pessoa um esforço voltado para a auto superação. Assim, Sasaki (1997) apresenta a integração social ocorrendo de três formas:

1. A inserção pura e simples das pessoas com deficiência e que por méritos pessoais e profissionais próprios se tornaram aptas à utilização de espaços físicos sociais.
2. A inserção das pessoas que necessitam de alguma adaptação específica em espaço físico comum.
3. A inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais, como por exemplo, uma classe específica para atendimento de suas necessidades dentro de uma escola.

Nenhuma dessas formas poderia atender plenamente às demandas das pessoas com deficiência, uma vez que as condiciona a se moldarem aos padrões da sociedade, sem que esta precisasse esforçar-se ou adaptar-se às suas demandas.

A INCLUSÃO

Já a inclusão, tem como finalidade a adaptação da sociedade para atender às necessidades das pessoas com deficiência. Desta forma, não cabe à pessoa se esforçar para obter por mérito o direito de participar da sociedade, mas, o contrário. A sociedade é que precisaria se adaptar para incluí-los, promovendo práticas que de fato promovam o contato social, a aquisição de conhecimento, dentre outros aspectos que teriam por finalidade sua inserção plena em esferas de convívio.

Falar em inclusão significa considerar conceitos como autonomia, independência e empoderamento.

A autonomia promove maior condição de controle nos variados ambientes físicos e sociais que a pessoa frequente. Assim: “O grau de autonomia resulta da relação entre o nível de prontidão físico-social da pessoa com deficiência e a realidade de um determinado ambiente físico-social” (Sasaki, 2005, p.35).

Já a independência seria a capacidade de tomar decisões por si próprio sem a necessidade da influência direta de outras pessoas como pais, irmãos, professores ou mesmo

profissionais especializados. De acordo com Sasaki (2005) a autodeterminação e a prontidão para decidir devem ser aprendidas e desenvolvidas. E quanto mais cedo isto for feito na vida da pessoa, melhor.

O empoderamento, diz respeito ao controle da própria vida, de modo que a pessoa, ou mesmo um grupo de pessoas, poderia utilizar seu poder pessoal para tomar decisões assumindo o pleno controle de sua vida.

Igualmente, pode-se perceber que a inclusão é um processo muito mais complexo que a integração e permite à pessoa que está sendo atendida, de fato, possuir uma autonomia muito maior, não sendo vista pelo modelo médico da deficiência - como um doente que precisa de tratamento - mas como uma pessoa que tem o direito de ter suas habilidades e potencialidades trabalhadas. Cabendo, portanto, a sociedade promover as condições para que isto aconteça. Esta é a ideia do modelo social da deficiência.

Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. O desenvolvimento (por meio da educação, reabilitação, qualificação profissional etc.) das pessoas com deficiência deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como um pré-requisito para estas pessoas poderem fazer parte da sociedade, como se elas 'precisassem pagar 'ingressos' para integrar a comunidade (Clemente Filho *apud* Sasaki, 2005, p. 40).

Ao mesmo tempo em que a inclusão parece lançar o olhar sobre a pessoa com necessidades especiais de forma mais ampla e adequada, implica também em uma nova organização social, pois, na medida em que a sociedade tem o dever de atender às suas demandas, também deve estar preparada para esta nova configuração. Avramidis e Norwich (2002) identificaram que professores que obtiveram suporte material, de treinamento e classes menores vivenciaram sentimentos mais positivos em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Quando se fala em integração admite-se a ideia de uma turma de alunos com necessidades especiais com um professor especializado que pudesse tutorá-los rumo ao máximo de desenvolvimento motor e cognitivo que pudessem alcançar. No entanto, entende-se que a inclusão é muito mais ampla e envolve adaptar salas de aulas regulares de modo que os alunos poderão receber a mesma educação, bem como conviver socialmente podendo adquirir o maior nível possível de autonomia, independência e empoderamento.

Para alguns docentes, portanto, a inclusão pode também representar um desafio no qual precisarão contar com uma organização institucional que respalde sua prática didática rotineira, provendo-lhes não apenas recursos materiais, mas amparo social na sua *práxis* docente.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada em três escolas públicas parceiras do PIBID/FAFIA. Para coleta dos dados foram aplicados questionários semiestruturados contendo dez perguntas relacionadas à percepção do professor acerca do processo de inclusão, e de sua opinião em relação à forma como o assunto é conduzido pela esfera pública competente como secretarias de educação, por exemplo.

A pesquisa foi aprovada pela coordenação de área e institucional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

O questionário foi aplicado durante o primeiro semestre do ano de 2016 e solicitada a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido pelos participantes bem como do termo de consentimento institucional para realização da pesquisa, assinado pelas diretorias das escolas.

Vinte e quatro docentes do ensino fundamental foram entrevistados por uma pesquisadora acadêmica do curso de psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre. A pesquisa aconteceu nas escolas, durante o horário de funcionamento escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário iniciou-se com perguntas relativas ao tempo de atuação profissional para compreensão da experiência adquirida no âmbito educacional. Dos vinte e quatro professores entrevistados 15 possuem entre onze a vinte anos de atuação docente, 4 mais de vinte e um anos de prática profissional. Os demais possuem menos de dez anos de atuação. Ao serem questionados sobre o trabalho com pessoas com necessidades especiais educacionais, 9 relataram experiência com este público menor do que quatro anos, 9 expuseram que possuem entre 5 e 10 anos de prática e seis professores possuem de onze a vinte anos, conforme se verifica nos Gráficos 1 e 2, abaixo.



Gráfico 1 – Tempo de Profissão

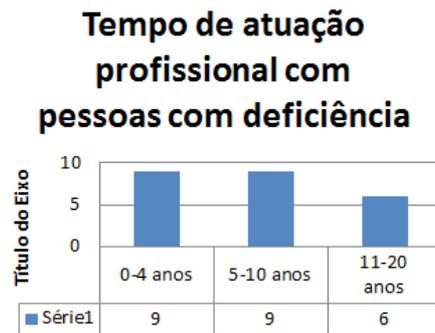


Gráfico 2 – Tempo de atuação profissional com pessoas com deficiência

O gráfico 3, representa a opinião dos professores em relação à lei que regula a inserção de pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas.

Em sua opinião, a lei que regula a inserção de pessoas com necessidades especiais nas escolas é adequada?



Gráfico 3 – Adequação da Lei de Inserção de pessoas com necessidades especiais nas escolas

Após a investigação do tempo de experiência profissional, arguiu-se, então a opinião dos docentes em relação à adequação da lei que regula a inserção de pessoas com necessidades educacionais especiais à rotina escolar, 21% dos entrevistados manifestou-se de forma positiva, 37% afirmou que a lei é adequada em partes e 42% manifestaram-se negativamente. Portanto, não houve consenso em relação à opinião dos docentes, de modo que é possível inferir que de acordo com o exposto, existem questões na lei que não a tornam adequada à realidade com que professores e alunos estão diariamente expostos, como pode ser analisado no Gráfico 3.

O gráfico 4 apresenta os dados referentes ao sentimento de capacitação docente para trabalhar com a educação inclusiva.

Você se sente capacitado com esses alunos?



Gráfico 4 – Sentimento de Capacidade para lidar com alunos com deficiências.

O quarto questionamento, investigou se os docentes se sentem capacitados para a prática com esse público. A minoria respondeu positivamente, representando 16,67%, enquanto 41,67% negaram se sentir capacitados e 41,67% afirmaram que algumas vezes sentem-se capacitados para sua *práxis*. Este resultado suscita a reflexão acerca da formação docente, em especial, quais tipos de conhecimentos deveriam ser agregados à sua capacitação que os tornariam mais seguros em relação aos alunos que recebem diariamente.

O gráfico 5 apresenta a forma como os docentes classificaram a relação dos alunos com deficiência e os demais colegas.

Como classifica a relação com outros colegas

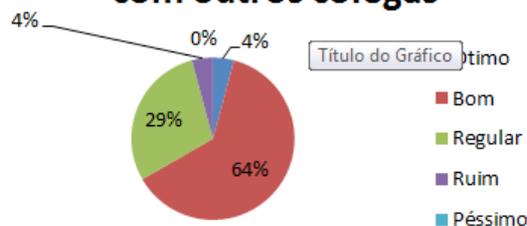


Gráfico 5 – Classificação da relação com os demais colegas

Foram apresentadas as alternativas, “Ótimo” que recebeu 4% das respostas, “Bom” com 64%, 29% dos docentes classificou o relacionamento como “Regular” e 4% como “Ruim”. Nenhum docente declarou o relacionamento como péssimo. De modo geral, este questionamento indica que os alunos da educação inclusiva tem um bom relacionamento com os demais colegas.

O quinto questionamento foi seguido da pergunta 6 que buscou investigar se os professores que trabalham com a educação de pessoas com deficiência gostam de trabalhar com este público, como é possível verificar no gráfico 6.



Gráfico 6 – Gosto em trabalhar com Educação Inclusiva

Obteve-se como resposta que 83% dos professores declararam gostar desta prática, enquanto 4% declarou não gostar e os outros 13% escreveram suas respostas diferentes de sim ou não. As respostas obtidas foram:

Professor A: “É bem difícil, alguns casos, são fora do padrão da normalidade. Do que aprendemos na graduação ou até mesmo em especializações”.

Professor B: “Precisamos de maior capacitação para o desenvolvimento de nosso trabalho”.

Professor C: “indiferente”

Pode-se observar, portanto, que alguns docentes optaram por não emitir uma opinião positiva ou negativa em relação ao gostar de atuar com a educação inclusiva, mas apresentaram necessidade de maior capacitação para sua atuação, o que se faz necessário refletir se o gostar está relacionado a uma prática mais lúcida e pautada por referenciais teóricos que os permitam embasar seu cotidiano didático e, portanto, a satisfação pessoal pode estar relacionada à capacitação.

O gráfico 7 abaixo apresenta os dados quanto ao sentimento de que sua opinião é considerada pelas autoridades competentes.

Você sente que sua opinião é levada em consideração pela escola ou outros órgãos de educação?



Gráfico 7 – Consideração da Opinião dos Docentes por Escola e Órgãos Superiores

Quando questionados se têm o sentimento de que sua opinião é levada em consideração pela escola em que atuam e pela superintendência de educação ou demais órgãos públicos ligados à educação, 33% dos professores declararam que se sentem escutados, ao passo que 29% declararam que sua opinião não é levada em consideração e 38% emitiram outras respostas de cunho subjetivos, ao qual vale destacar que a maioria respondeu sentir a opinião levada em consideração algumas vezes e alguns declararam que sua opinião não é considerada quando se trata de aspectos didáticos, em especial, em relação ao currículo.

Assim, portanto, analisa-se que o cerne do sucesso de um processo de inclusão deve-se pautar em especial, na adaptação do ambiente às necessidades da educação de pessoas com deficiência. Este fato gera também o imperativo de flexibilização no sentido de garantir métodos de ensino-aprendizagem adequados. No momento em que a maioria dos docentes, que são aqueles que tem o contato mais próximo a esses alunos, e portanto, conseguem identificar com maior rapidez as suas necessidades não têm sua opinião, em especial as relativas às questões didáticas, levadas em consideração, há que se questionar se as políticas voltadas para inclusão estão conseguindo atingir os seus objetivos.

A questão 8 investigou se os docentes se sentem apoiados pela escola e por seus colegas, conforme apresentado no gráfico 8.

Você se sente apoiado (a) pela escola e colegas?

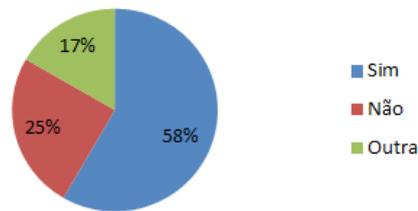


Gráfico 8 – Sentimento de apoio pela escola e colegas

Grande parte dos entrevistados, 58%, respondeu positivamente, enquanto 25% responderam que não se sentem apoiados e 17% preferiram dar outro tipo de resposta, nas quais a maioria declarou experimentar este tipo de sentimento algumas vezes. Um dos docentes, inclusive, declarou que apoia mais aos colegas do que é apoiado. Como pode ser analisado, uma parcela significativa sente-se apoiada, no entanto, há que se considerar que uma parte dos pesquisados não manifestou receber este apoio integral.

Como pode ser demonstrado pelo gráfico 9, na nona pergunta do questionário aplicado aos docentes, foi apresentada uma escala Likert, na qual os professores deveriam atribuir uma nota de 0 a 10 a satisfação que possuem ao trabalhar com a educação inclusiva. Sendo que 0 equivaleria a insatisfação total e 10 o máximo de satisfação.

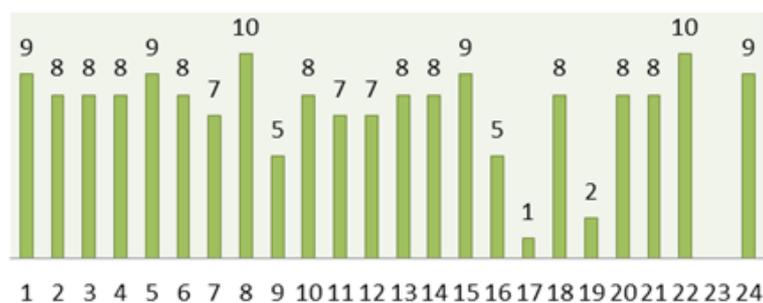


Gráfico 9 – Classificação da Satisfação do Professor

A média de todas as pontuações foi 7,08 pontos, o que garantiu, num contexto geral, alto grau de satisfação do corpo docente. Nesta pergunta também, era permitido que os entrevistados expusessem suas opiniões ou mesmo considerações que justificassem a pontuação emitida. Dentre as notas mais altas as manifestações de opinião dos participantes apontaram que os alunos com deficiência despertam sentimentos amorosos. Como pode ser analisado na opinião de alguns professores:

Professor A: “Eles transmitem sentimentos verdadeiros e apesar das dificuldades físicas e cognitivas não possuem dificuldades em amar”.

Professor B: “Cada dia que passo eu aprendo com eles em matéria de sentimentos”.

Professor C: “Me sinto orgulhoso em poder ajudar no desenvolvimento desses alunos”.

Professor D: “Todo ser humano é capaz de aprender. E é bom vê-lo se superar”.
alunos”.

Por outro lado, há também alguns docentes cujas opiniões revelam a dificuldade que sentem ao trabalhar com a educação inclusiva, em especial se destaca a necessidade de capacitação, o excesso de trabalho sem a contrapartida de uma estrutura adequada para a prática docente, como nas seguintes falas:

Professora F: “Não me sinto satisfeita, pois vejo pouco progresso (avanço) na aprendizagem, alguns precisam de atendimento individual e em sala, não tenho tempo para isso e alguns colegas também não querem mais sentar junto com estes alunos para monitorá-los. Por exemplo, turmas cheias, alunos com necessidades de reforço e explicação diversificada, problemas disciplinares. Daí o professor precisa entrar em sala, organizar a turma (fazer as intervenções necessárias) para manter a ordem, passar a atividade, explicar para todos, sanar as dúvidas, observar se todos entenderam e se estão desenvolvendo (realizando) as tarefas...Então, os alunos que possuem laudo, ficam um pouco perdidos, porque mesmo a gente (digo) planejando atividades personalizadas (diversificadas) para estes alunos, não consegue ter o tempo propício para que ocorra o ensino-aprendizagem de forma adequada.”

Professor G: “Se fossemos mais capacitados o trabalho seria melhor”.

Professor H: “Porque gostaria de ter mais condição para trabalhar melhor com esses alunos”.

Professor I: “Por vezes falta recurso, esclarecimentos, envolvimento”.

Professor J: “O fato de esses alunos não acompanharem o aprendizado dos demais cria estados de frustração ao profissional”.

Professor K: “Cada necessidade especial precisa de uma forma de atendimento diferenciada e em uma sala com 25 alunos não é possível atendê-los adequadamente”.

No gráfico 10 abaixo é apresentada a opinião dos docentes acerca da efetividade da inclusão.

Na sua opinião a inclusão ocorre?

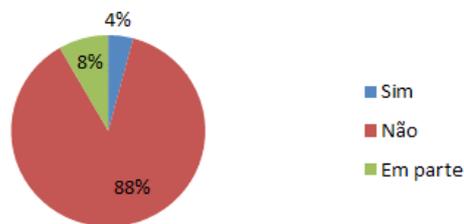


Gráfico 10 – Efetividade da Inclusão

Por fim, ao serem questionados se a inclusão de fato ocorre 88% dos docentes respondeu negativamente, justificando que para que a inclusão seja uma realidade é necessária a melhoria dos seguintes aspectos: acessibilidade, recursos didático-pedagógicos, capacitação profissional para os docentes e funcionários da escola, apoio técnico de profissionais de outras áreas como psicologia, fonoaudiologia, fisioterapeutas, médicos, assistentes sociais. Maior colaboração e parceria entre família e escola, menor quantidade de alunos em sala de aula. O docente D declarou, inclusive, que a forma como os alunos com necessidades educacionais especiais são inseridos no contexto escolar favorece muito mais o que denominou de exclusão social, dados que podem ser identificados no Quadro 1.

Quadro 1: Opinião sobre o que pode ser feito para que a inclusão seja efetiva.

Professor A	Considero que precisaria de mais recursos e profissionais disponíveis, como também uma equipe multidisciplinar e mais acessibilidade na escola. Porém acredito que mesmo com as dificuldades, o trabalho com a inclusão sempre valerá e será indispensável para a formação dos alunos inclusos ou não. Enfim, todos têm a ganhar com a inclusão quando ocorrer da forma correta e como as crianças precisam e merecem.
Professor B	Acho que está caminhando, vejo que mesmo de forma inadequada em alguns casos devido à falta de material humano, acessibilidade, atendimento na área de saúde, já observo bons resultados.
Professor C	Número menor de aluno; espaço físico adequado, material didático específico, apoio técnico e pedagógico.
Professor D	Na maioria dos casos se torna exclusão social.
Professor E	Deveria ter apoio ao professor
Professor F	Apoio
Professor G	Turma menos numerosa, acessibilidade, banheiros adaptados, materiais didáticos específicos, apoio técnico e pedagógico (diário/contínuo)
Professor H	Penso que realmente um currículo adaptado, transporte, apoio ou cuidador na escola, material pedagógico.
Professor I	Realizar verdadeiramente o que está na lei.

Professor J	Pois para haver uma inclusão de fato precisaria de uma equipe que funcione de verdade. Ex: Fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, etc.
Professor K	As escolas não foram equipadas, por exemplo, rampas, materiais, profissionais especializados para dar suporte aos professores e para os alunos.
Professor L	Precisa capacitar professores e funcionários da escola, melhorar o espaço físico.
Professor M	Falta um maior preparo para os professores e até mesmo para a escola. É preciso maior união entre família e escola.
Professor N	Os governos deveriam realmente apoiar e regulamentar as leis, já que os mesmos não estão sendo respeitados.
Professor O	Não ocorre de fato, pois falta apoio técnico necessário para acompanhamento desse aluno e efetiva inclusão.
Professor P	Rever a legislação e capacitar melhor os profissionais da área.
Professor Q	Ocorre socialização, mas muitas vezes o aluno se priva em sala por ter mais dificuldades que os outros.
Professor R	Parte física e pedagógica da escola é deficiente, falta capacitar mais os professores.
Professor S	É apenas uma medida social.
Professor T	Não completamente.
Professor U	Mudar a consciência da sociedade. Não somos um país de iguais, como uma grande maioria gostaria.
Professor V	Poderia ter uma pessoa para dar suporte ao professor devido às necessidades de cada aluno incluso.

Importante registrar que a garantia legal à educação de pessoas com necessidades especiais é um grande avanço para o próprio processo democrático, mas deve ser pautado pelo conceito da inclusão, ou seja, o Estado, como tutor do Sistema Educacional deve aparelhar as escolas de recursos físicos, didáticos e de pessoal para que não apenas seja um movimento de integração das pessoas com deficiência, obrigando-as a se adequar a realidade estudantil, mas deve de fato, promover o aprendizado e a socialização para que se desenvolvam de forma plena e com empoderamento, permitindo-os exercer os seus direitos como cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados obtidos corrobora o entendimento de que o que atualmente acontece nas escolas públicas analisadas aproxima-se muito mais do conceito de integração do que de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. Apesar da declaração de satisfação provida pelos professores, estes ainda demonstram a dificuldade de se trabalhar com este público, da falta de apoio técnico e pedagógico das instituições públicas responsáveis pela educação, demonstrando, portanto, o longo caminho que o processo de inclusão ainda requer.

As respostas convergem para o fato de que, na opinião dos professores, a inserção de pessoas com necessidades especiais nas escolas é permeada pelo bom relacionamento entre os alunos e pela satisfação em se trabalhar com essas crianças. No entanto, a inclusão de fato desses alunos ainda requer um longo percurso a ser caminhado. Os docentes demonstraram pouco apoio da escola e de órgãos superiores, como Superintendências de Educação, por exemplo. Relataram que não são escutados em suas opiniões e demandas e, por fim 88% indicaram que a inclusão, de fato ainda não acontece.

Muitas são as dificuldades que perpassam o trabalho com este público, é necessário o desejo e a satisfação para superar os desafios, o que parece estar presente no relato dos docentes.

Todavia, para que a comunidade escolar possa vencer esses desafios e alcançar a inclusão ideal, é preciso que se equipem as escolas, qualifiquem professores e cuidadores. É fundamental que se criem meios para a socialização e aprendizado, permitindo, deste modo uma educação que não se restrinja a administração da deficiência, mas além disso, em um olhar sobre um ser humano com limitações e, ao mesmo, tempo com potencialidades como qualquer outro sujeito, o que de fato são. Aproximando-se desta forma, sistematicamente, do ideal da inclusão.

REFERÊNCIAS

- Adinolfi, V. T. (2012). Enfrentando o infanticídio: bioética, direitos humanos e qualidade de vida das crianças indígenas. *Rede Mãos Dadas*. [Internet].
- Aranha, M. S. F. (1995). Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. *Temas em psicologia*, 3(2), 63-70.
- Avramidis, E., & Norwich, B. (2002). Teachers' attitudes towards integration/inclusion: a review of the literature. *European Journal of Special Needs Education*, 17(2), 129-147.
- Chicon, J. F. & Soares, J. A (2014). Compreendendo os conceitos de integração e inclusão. In Laboratório de Acessibilidade. Recuperado em 20 de setembro, 2014, de <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/links-uteis/acessibilidade-e-inclusao/textos/compreendendo-os-conceitos-de-integracao-e-inclusao/>
- Miranda, A. A. B. (2004). História, deficiência e educação especial. *Revista HISTEDBR Online, Campinas*, (15), 1-7.
- Nakayama, A. M. (2007). *Educação inclusiva: princípios e representação* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Sasaki, R. K. (1997). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.